

# Documento com os acúmulos políticos da 6ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil (2025)



6ª AÇÃO INTERNACIONAL  
2025



**MARCHAMOS CONTRA AS GUERRAS E O CAPITALISMO,  
DEFENDEMOS A SOBERANIA DOS POVOS E O BEM VIVER!**



# Marchamos contra as guerras e o capitalismo, defendemos a soberania dos povos e o bem viver



A 6ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), realizada entre 8 de março e 17 de outubro de 2025, mobilizou mulheres em todas as regiões do Brasil. As ações denunciaram a ofensiva imperialista que se apresenta nos territórios. Ao mesmo tempo, as resistências construídas apontam alternativas, como a agroecologia e a economia solidária baseada na economia feminista. As ações posicionaram a luta das mulheres como fundamental para enfrentar o capitalismo patriarcal e racista. A Ação se dividiu em quatro eixos centrais, que organizam esta cartilha: defesa dos bens comuns e enfrentamento às empresas transnacionais; economia feminista baseada na sustentabilidade da vida e na soberania alimentar como alternativa concreta à economia capitalista, patriarcal e racista; fim da violência contra as mulheres, autonomia sobre os corpos e sexualidades; paz e desmilitarização.

As ações dialogaram com pautas locais e nacionais da agenda da luta popular, como o Plebiscito Popular contra a jornada 6x1 e pela taxaço de grandes fortunas, a Cúpula dos Povos frente à COP 30, a 5ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras. Os espaços de participação social também marcaram o ano com conferências que disputaram os sentidos das políticas públicas e o papel do Estado, como a 5ª Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres. Esse processo contribuiu para reafirmar e atualizar as formulações da MMM no Brasil, as quais apresentamos nesta plataforma política.

Compreendemos que o contexto atual é marcado por mais uma profunda crise do sistema capitalista e do imperialismo. Para resolver seus problemas de acumulação e manutenção da hegemonia, o capital aposta nas guerras como solução. Dessa maneira, a escalada da lógica de guerra é um fator determinante da conjuntura. Por isso, é o eixo da Ação Internacional que abre esta cartilha. A indústria da guerra e sua ofensiva sobre a vida e os territórios se articula com o avanço das transnacionais e a necessidade de defender os bens comuns, eixo acolhido pela maior parte dos estados da Marcha Mundial das Mulheres para a realização de ações.

Em seguida, articulamos essa ofensiva sobre os territórios com a ofensiva sobre nossos corpos, vidas e sexualidades. A conjuntura de guerra, o avanço do conservadorismo e a ofensiva da extrema-direita têm imposto uma realidade de violência e de maior tentativa de controle dos nossos corpos. Vemos um aumento dos ataques às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais (LBT), além da tentativa recorrente de criminalizar as mulheres que lutam pela legalização do aborto em todos os casos e de restringir a legislação atual sobre o aborto, já extremamente limitado em nosso país.

Cada vez mais fica evidente que as leis focadas apenas na punição não dão conta de conter o avanço da violência determinado pela conjuntura. Por outro lado, as alternativas que as mulheres têm desenvolvido para construir uma vida livre de violência são baseadas no fortalecimento da auto-organização feminista nos territórios. Ainda no sentido das alternativas, fechamos esta cartilha apresentando a construção da economia feminista como proposta capaz de transformar o mundo e a vida das mulheres.

## **Paz e desmilitarização**

Estamos vivendo em um mundo em guerra. Sentimos os impactos dessas guerras em diferentes contextos: na violência de Estado e do agronegócio nas áreas rurais e territórios quilombolas, indígenas e tradicionais; na violência policial nas periferias urbanas, que atinge principalmente a juventude negra e pobre. **Em nossa região das Américas**, essa violência foi escancarada na agressão imperialista dos Estados Unidos contra a Venezuela e na intensificação do bloqueio e ameaças a Cuba. Ao redor do mundo, as mulheres denunciam conflitos armados, como os ataques sistemáticos de Israel à Palestina e ao Líbano.

Mais recentemente, Israel e os Estados Unidos iniciaram uma guerra contra o Irã, tendo como alvos iniciais 160 meninas em uma escola e o líder do país, Ali Khamenei. É cada vez mais comum nos depararmos com notícias de bombardeios, invasões e ataques em diversos países do mundo. A luta do Saara Ocidental por autodeterminação, os conflitos armados no Sudão, na República Democrática do Congo e em tantas outras partes do mundo também fazem parte dos inúmeros ataques que os povos vêm sofrendo no último período.

Mais uma vez, a guerra tem sido uma estratégia para contornar a crise de acumulação do sistema capitalista patriarcal e racista. A destruição causada pela guerra gera lucro para as grandes empresas transnacionais. A guerra é alimentada pelos interesses da indústria de armas, entre outras empresas que lucram com essa destruição, e das alianças entre governos e corporações transnacionais para a privatização de bens comuns e de territórios.

**As guerras e a militarização dos territórios não são fenômenos naturais. São instrumentos do sistema capitalista, patriarcal e racista para manter ameaçada a autodeterminação dos povos, garantir o controle dos bens comuns e fortalecer as indústrias bélicas.**

O uso da guerra como ferramenta de ajuste para as crises do sistema capitalista escancara o conflito entre o capital e a vida. Já são milhares de vidas perdidas nos territórios em conflito. Há uma tentativa de normalizar essa prática, utilizada para garantir o lucro da indústria bélica e a manutenção da hegemonia imperialista. O lucro de poucos não pode custar as vidas de muitos. A vida deve estar no centro, não o lucro!

Os impactos da militarização são sentidos nos corpos marcados pelas armas, pela violência policial, pela perseguição política, pelas prisões e pelo uso da fome e da violência sexual como arma de guerra, como acontece hoje em Gaza. Os Estados Unidos têm mais de 800 bases militares por todo o mundo, intervindo nas fronteiras e explorando corpos e territórios. Quando os ataques aumentam, também aumentam os gastos com a indústria da guerra. Isso significa que os gastos nessa indústria da morte são recursos retirados de outras áreas, como saúde e educação.

A economia política da guerra produz violência e destruição por parte dos ataques e também pelo empobrecimento das populações e precarização da vida, seja das populações atacadas ou da população que pertence ao país responsável pelos ataques. A guerra destrói as práticas cotidianas que garantem a vida: escolas, universidades e hospitais são destruídos, a terra deixa de ser fértil, a água fica imprópria e muitas vezes inacessível, assim como muitas outras necessidades básicas. A escolha por financiar a guerra é política e está nas bases da economia capitalista patriarcal e racista. O aumento da militarização dos territórios, seja pelo conflito armado entre Estados, seja pelo Estado contra sua população, tem como objetivo o controle de territórios para a privatização de bens comuns (minerais, energia, florestas), mantendo muito nas mãos de poucos. Em regiões urbanas, denunciamos esses ataques que têm como plano a expulsão de comunidades para a especulação imobiliária.

Enquanto rios de dinheiro são despejados para a manutenção dos conflitos e das ocupações territoriais, outros países são cerceados de sua autonomia econômica. Isso acontece porque, para além dos ataques bélicos, as tarifas, sanções e bloqueios econômicos têm sido mobilizados como armas de outro tipo. É o que temos visto com Cuba, que resiste a um bloqueio violento que impede o acesso à eletricidade, internet, saúde, educação, transporte e vida digna para a população. O bloqueio contra Cuba já dura mais de 60 anos, mas hoje a situação é ainda mais dura, porque a limitação econômica vem acompanhada de uma ameaça militar. Cada vez mais, governos e Estados estão acuados perante os ataques bélicos e econômicos dos Estados Unidos. Por isso, chamamos esse modelo de imperialista.

As guerras são uma face da militarização nos territórios, mas essa lógica também se materializa de diversas maneiras no nosso cotidiano, com o controle dos corpos, da natureza, dos territórios e dos espaços de organização. Em 2022, vivenciamos uma tentativa de golpe no Brasil, articulada por setores de militares, entre outros, com a mobilização da extrema direita, o financiamento do agronegócio e o apoio de agentes estatais. Os culpados por arquitetar essa tentativa enfrentaram a pressão dos movimentos sociais organizados e foram condenados. Esse passo é importante para a garantia da democracia e da soberania do país. Essa derrota da extrema direita, porém, não diminuiu seus ataques ao povo brasileiro e as ameaças à vida das mulheres.

No **Rio de Janeiro**, décadas de operações policiais em favelas e territórios empobrecidos só produziram mais armamento nas mãos das facções, deixando a população mais vulnerável sob controle do crime organizado e das milícias. A chacina racista e midiática de outubro de 2025 nos Complexos da Penha e do Alemão registrou a marca nefasta de 122 pessoas assassinadas pelo Estado na cidade do Rio de Janeiro. Os corpos das pessoas, em sua maioria, negras e jovens, foram encontrados com marcas de tortura, identificados pela própria população das comunidades nos locais onde os agentes da polícia os abandonaram.

A propaganda política utilizada pelos governos locais de extrema direita do Rio de Janeiro para descrever essa ação criminosa da polícia foi o “combate ao narcoterrorismo”. Esse é o mesmo termo utilizado por Donald Trump e sua investida imperialista na América Latina para destruir a organização popular e saquear os bens comuns. Tal discurso não é uma escolha casual, mas uma estratégia da extrema-direita articulada na região e no mundo. Na mesma semana em que ocorreu a chacina, o governador Cláudio Castro pediu a Donald Trump que enquadrasse as facções do Rio de Janeiro como narcoterroristas, subjugando o próprio território à intervenção externa.

Essa prática de extermínio não se restringe apenas ao Rio de Janeiro: é uma realidade que domina as periferias dos centros urbanos e os conflitos do campo na luta por reforma agrária e por demarcação e reconhecimento das terras indígenas e quilombolas. Em territórios onde o genocídio se faz presente, as sobreviventes, em sua maioria mães de vítimas de violência estatal, se tornam protagonistas das lutas em defesa da memória de seus filhos e filhas e por melhorias na qualidade de vida da população. A partir disso, disputam para que suas histórias sejam contadas. A busca por justiça e memória caminham junto com a construção de alternativas comunitárias, como hortas, cozinhas coletivas, creches, aulas de reforço escolar e iniciativas de esporte e lazer.

A ofensiva militarizada nas periferias não tem sido a única forma de impor essa lógica à juventude brasileira. Denunciamos ainda o aumento do militarismo em ambientes como as escolas públicas. Essa é uma realidade que ganhou força no Paraná e vem avançando em outros estados do sul, centro-oeste e sudeste do Brasil. No **Paraná**, a militarização acompanha a privatização das escolas públicas estaduais. A militarização escolar representa controle político direto sobre a juventude por impor padrões binários e heteronormativos de comportamento. Proíbem expressões de diversidade como vestimentas, acessórios e comprimento dos cabelos.

A militarização das escolas se articula com a precarização do direito à educação e aumento da violência no ambiente escolar. Há relatos de assédio sexual, racismo e práticas machistas por parte dos policiais que passaram a dirigir as escolas contra as alunas. As práticas machistas desses agentes também foram socializadas por professoras, servidoras e diretoras. Isso fica evidente quando essas escolas decidem pelo fechamento do ensino noturno, o que impede o acesso à escolarização de alunas e alunos trabalhadores.

Busca-se fazer avançar o conservadorismo e a extrema direita entre as juventudes e nas instituições de ensino público. As tentativas de transformá-las em escolas militares significam, na prática, controle para cercear a liberdade e o pensamento crítico. Nossa proposta é o caminho oposto: defendemos uma educação libertadora e não sexista, que incentive a criatividade e as muitas formas de organização e reflexão possíveis para a juventude brasileira. Ao invés da hierarquia militarizada, lutamos por respeito e horizontalidade.

A lógica patriarcal e racista das guerras, que hoje organiza o mundo e a vida, não é o único modelo de existência. Em contraposição, pautamos a construção de uma segurança pública feminista, partindo da constatação de que mais armas nas ruas não nos deixaram mais seguras. Nas favelas e periferias, na cidade e no campo, os territórios não são somente de violência, mesmo que controlados por forças militares do Estado, da milícia ou de narcotraficantes. São territórios de resistência a partir da luta política das mulheres. Por isso, a solidariedade entre as mulheres não está apenas nas experiências de violência e opressão, mas também no compartilhamento das experiências de resistência. As mulheres denunciam formas violentas de intervenção em seus territórios e propõem outras formas de viver e organizar a sociedade.

O encerramento da 6ª ação internacional na região Sul foi um exemplo de conexão destes processos. Na denúncia, as mulheres de toda região foram às ruas de **Santa Catarina** apresentar uma crítica feminista ao avanço da militarização das escolas, articulando com a crítica ao genocídio na Palestina e à ofensiva militarizada contra os territórios indígenas, demonstrando que a militarização da vida se manifesta de inúmeras formas no cotidiano das mulheres nos mais diversos territórios. A resistência veio acompanhada do anúncio do mundo que queremos: paz para a Palestina, soberania nos territórios, uma educação pautada pela igualdade ao invés da hierarquia e uma economia feminista para garantir uma vida digna para todas as mulheres.

Essas experiências direcionam nossa organização diária pela paz e desmilitarização. Por isso, afirmamos: é urgente desmilitarizar a vida. A partir dessas resistências contra a guerra permanente que sustenta o capitalismo, construímos nossas redes de solidariedade entre as mulheres. Para construir uma paz que rompa com a militarização promovida pelo capitalismo patriarcal e racista, é preciso investir na construção de redes de solidariedade vinculadas a práticas que ampliem as possibilidades, indo além da luta por sobrevivência.

A paz que queremos não é aquela que está só no papel e que silencia os povos. Deve ser capaz de revolucionar o mundo, colocar a vida no centro, enfrentar as fronteiras, as prisões, as opressões e a exploração. Para construir essa paz, é preciso muita luta feminista e popular, anti-imperialista e anticolonial, articulando as resistências locais e internacionais.

## Defesa dos bens comuns e contra as empresas transnacionais

Os donos das empresas transnacionais buscam transformar tudo em mercadoria: a terra, a água, os saberes, os territórios, o trabalho, a própria vida. Por isso, é comum escutarmos o termo "recursos naturais", como se fossem mercadorias prontas para consumo e, especialmente, exportação. A luta contra as empresas transnacionais faz parte da história da Marcha Mundial das Mulheres. Um primeiro marco importante dessa luta foi o enfrentamento à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que aconteceu junto com a própria construção do nosso movimento, fortalecendo nossa análise feminista sobre o sistema econômico e exploração dos corpos e territórios.

A água que bebemos, a terra fértil, a comida boa, os biomas, as sementes nativas, as sabedorias e conhecimentos compartilhados: chamamos tudo isso de bens comuns. Os bens comuns são fruto de uma construção coletiva. São parte do que somos e não devem ser explorados para o acúmulo de riquezas do capital. Também consideramos como bens comuns os saberes construídos coletivamente, a educação, a saúde, a energia, a comunicação, os meios de transporte. Tudo o que é indispensável para a sustentabilidade da vida. Os bens comuns são frutos de práticas coletivas, construídas por comunidades, pelos diferentes povos e pelas mulheres durante a história do mundo.

Esses bens comuns estão sob constante ataque e apropriação do sistema capitalista, que os instrumentaliza para a exploração e acúmulo de riqueza. Esses ataques acompanham a história de colonização. Com a consolidação do neoliberalismo e da financeirização do capital, eles têm sido materializados pelas empresas transnacionais. São, principalmente, companhias privadas com sede no Norte global, que invadem territórios do Sul global, enganam as populações locais e se apropriam do território para a instalação de seus interesses.

No caso de complexos eólicos e solares, por exemplo, essa produção de energia é propagandeada como “limpa” e “renovável”. Porém, ela carrega o peso da desertificação dos solos onde são instaladas as placas solares e a reconversão do uso da terra. Territórios que antes serviam para a produção de alimentos da agricultura familiar, agora, têm sua circulação restringida por cercas. Enquanto isso, as mulheres enfrentam a responsabilidade de cuidar das pessoas adoecidas por complicações auditivas e da saúde mental. Esses são alguns dos impactos para quem vive em casas próximas a esses complexos. Além disso, a energia continua cara para as comunidades locais, pois toda a energia produzida é levada para outras regiões.

O avanço das transnacionais sobre os territórios é sistemático, ou seja: acontece do mesmo jeito, independente do setor em que atuam. A chegada das empresas com muitos homens trabalhadores são ameaças para meninas e mulheres das comunidades, por aumentar a exploração sexual e a prostituição – que é, muitas vezes, articulada pelas empresas, assim como elas articulam alianças com o crime organizado para controlar o território.

Nos últimos anos, o capitalismo se reorganizou nesse processo de exploração, tendo como estratégia a fusão de grandes corporações transnacionais para concentrar poder. Essas fusões contribuem para chantagear e firmar alianças com Estados e governos, bancos e instituições internacionais, explorando os territórios de maneira mais ofensiva. Para isso, continuam reforçando o discurso de "desenvolvimento" para os países da América Latina, enquanto, na verdade, destroem a natureza e as comunidades e aprofundam a divisão sexual, racial e internacional do trabalho.

Percebemos isso nos projetos de mineração, agronegócio, na produção energética e digitalização, entre muitos outros. Na Zona da Mata de **Minas Gerais**, a pressão crescente da mineração sobre pequenas propriedades de agricultura familiar se soma ao enfrentamento cotidiano ao uso de agrotóxicos. O adoecimento mental e o aumento de casos de suicídio entre agricultoras e agricultores é uma realidade. Há requerimentos de pesquisa de lítio e bauxita em vários municípios, pois esses elementos representam poder e capital no mundo inteiro.

São as mulheres que estão na linha de frente na defesa da saúde, da vida e da terra. Em articulação com o MAB e o MAM, a Marcha Mundial das Mulheres constrói uma agenda de luta que pauta as leis de proteção à água em municípios ameaçados por prefeitos que apoiam a mineração. Essa luta se materializou na ação realizada em Belo Horizonte, na qual a privatização dos bens comuns e a exploração dos territórios e dos trabalhos das mulheres foram denunciadas na Câmara Municipal.

Também como parte da 6ª Ação, a MMM realizou em Campos dos Goytacazes (RJ) um encontro contra as transnacionais no Sítio do Birica, território de resistência após a destruição pela OSX Brasil para construção do Porto do Açú. A casa de Dona Noêmia, a última resistindo ao avanço da privatização do porto, é hoje lugar de militância em aliança, por agroecologia e bem viver. O poder corporativo segue nas suas tentativas de avanço: o aumento das cercas do porto dificulta ainda mais o acesso ao rio; a poluição avança sobre o solo e a água. As tentativas de desapropriação da casa de Dona Noêmia não cessam, assim como não cessa a resistência e a luta das mulheres e dos movimentos sociais articulados.

Vimos recentemente um exemplo disso no **Pará**, com o avanço do agronegócio e as novas formas de financeirização da natureza na região do Tapajós. Com a resistência dos povos indígenas e movimentos sociais organizados, foi possível revogar o Decreto nº 12.600/2025, que afetaria os rios Tapajós, Madeira e Tocantins para benefício da Cargill.

No **Maranhão**, essa engrenagem se manifesta na atuação de empresas transnacionais como Vale e Alumar, denunciadas pela expulsão de comunidades de seus territórios e pela destruição de atividades tradicionais de subsistência. As mulheres relatam consequências devastadoras: poluição da costa e das águas, destruição de rios e adoecimento físico e mental da população. Essas ameaças também se apresentam no Pará em relação aos impactos da Suzano no rio São Joaquim, na periferia de Belém. As mulheres denunciam que a empresa utiliza o chamado "amparo social" como política de silenciamento das resistências comunitárias.

Em Ananindeua (PA), a luta é contra projetos de infraestrutura que ameaçam o Quilombo do Abacatal, pondo em risco a produção de açaí, a pesca e o extrativismo, base da segurança alimentar e econômica da comunidade. O cenário de exploração inclui ainda denúncias contra a Hydro Alunorte e os interesses por trás da "derrocada" do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, projeto que visa facilitar o escoamento de mercadorias em detrimento do equilíbrio ecológico da região.

Desde o final da década de 1970, a Braskem realiza mineração de sal-gema em Maceió, **Alagoas**. Especialistas e moradores já denunciavam os riscos que a atividade traria às pessoas e ao meio ambiente. Recentemente, cinco bairros foram atingidos e cerca de 60 mil pessoas foram desalojadas de suas casas — por acordos considerados injustos com a empresa ou de forma forçada, com violência policial. A crise mais recente ganhou repercussão nacional e internacional após o risco de colapso da mina 18, no bairro do Bebedouro. É um crime ambiental, humano e político cometido sem impedimentos por mais de 40 anos, marcado pelo silêncio das autoridades.

As mulheres no **Rio Grande do Sul** denunciam as contratações para a reconstrução das cidades de empresas que historicamente desrespeitaram populações, movimentos e universidades locais. As experiências acumuladas pelos movimentos, como as cozinhas solidárias, não foram consideradas na reconstrução.

## Falsas soluções

As saídas que apostam no mercado capitalista diante do colapso climático não têm contribuído para a reconstrução dos territórios. O capitalismo verde se apropria das nossas lutas e do conhecimento construído coletivamente. O modelo de energias renováveis vigente se pauta no discurso de transição energética, mas contribui para o sistema capitalista e a exploração dos bens comuns.

No **Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Ceará e em Alagoas**, os impactos dos complexos eólicos e solares são cotidianos. Na comunidade quilombola da Serra de Santa Luzia (PB), registra-se o adoecimento crescente da população pela proximidade dos complexos: barulho, luzes piscando à noite, aumento da poeira e cisternas rachadas. No Alto Sertão alagoano, a Casa dos Ventos avança com comunidades vendendo suas terras sob pressão.

No **Ceará**, quarto maior produtor de energias eólicas do Brasil, as eólicas avançam principalmente sobre a zona costeira e as comunidades tradicionais. As mulheres indígenas Tremembé da Barra do Mundaú lideram a resistência há anos e hoje enfrentam não apenas os impactos das eólicas, mas também uma aliança entre as transnacionais e o crime organizado local, que impede o acesso das comunidades aos rios e ao mar.

A chegada dos complexos de energias renováveis afeta diretamente a vida das mulheres, responsabilizadas por acolher o aumento da demanda de cuidado. Esses complexos também funcionam como instrumento de desarticulação política da comunidade, seja por serem também as mais exploradas. As terras que, muitas vezes, estão registradas e sob domínio dos homens, são facilmente tomadas por valores irrisórios, expondo ainda os impactos cotidianos na vida das pessoas que vivem naqueles territórios. Há uma tentativa de mercantilização de tudo: da natureza, do território e dos nossos corpos.

No **Rio Grande do Norte**, a resistência das mulheres auto-organizadas denuncia uma realidade dura de exploração e mercantilização da vida. Além dos complexos eólicos no litoral, há as placas solares, que desertificam territórios. Assú Sol (Engie), por exemplo, é uma companhia privada que atingiu 100% de operação comercial em fevereiro de 2026 e construiu mais de 1,5 milhão de módulos fotovoltaicos, apropriando-se de uma área de 2.344 hectares.

Em Açu, as mulheres mostram e fortalecem a importância da auto-organização feminista frente aos avanços do sistema capitalista e imperialista sobre nossas vidas e territórios. Durante a 6ª Ação Internacional, atividades realizadas nos territórios contaram com debates e atos públicos que abordaram esse tema com centralidade.

O encerramento da 6ª ação na região do nordeste brasileiro aconteceu em Mossoró, no Rio Grande do Norte. O seminário “Do mar ao sertão: a resistência das mulheres contra as transnacionais, em defesa da vida e do território” contou com a presença de mulheres de **Alagoas, Ceará, Pernambuco e Paraíba**. O momento foi um espaço de alinhamento político, intercâmbio e fortalecimento dos grupos organizados em cada território, além do ato de rua que reuniu mais de mil mulheres na principal avenida da cidade.

Por isso, as mulheres reafirmam: “energia limpa, sim, mas não assim”. As mulheres apresentam alternativas a esse modelo que nos explora. Para isso, têm como base princípios da economia feminista, como pensar modelos de produção descentralizada de energia, considerando as necessidades locais, a agricultura familiar, a agroecologia e a economia solidária. Buscam criar propostas como um programa de tetos solares populares que transforme a vida das pessoas que vivem ali, indo na direção contrária à do atual modelo, que explora, produz energia e exporta.

A resistência e a crítica às falsas soluções e à financeirização da natureza foram a base da nossa intervenção na Cúpula dos Povos na COP 30. O capitalismo racista e patriarcal provoca danos à vida das pessoas e à natureza que não são possíveis de compensar nesse sistema. A política de crédito de carbono funciona como "moeda verde": as empresas compensam suas emissões comprando créditos de projetos considerados "limpos", sem atacar a raiz do problema. A raiz está na própria crise do capitalismo patriarcal e racista, e não pode ser resolvida com fontes alternativas de energia que seguem dependendo da exploração ilimitada de territórios.

Construímos a Cúpula dos Povos como alternativa à COP 30, que está presa às falsas soluções da economia verde e enfraquecida pelas potências que promovem a guerra, a exploração da natureza e a poluição em larga escala, como Estados Unidos e Israel.

No **Pará**, onde ocorreu a Cúpula, as mulheres alertaram que o mercado de crédito de carbono tem funcionado como uma nova forma de grilagem de terras, com contratos assinados sem consulta prévia, livre e informada, tratando a floresta apenas como mercadoria. Denunciam também o turismo predatório, como ocorre na Ilha do Combu, que polui rios e apaga histórias ancestrais.

As lutas concretas das mulheres evidenciam que o extrativismo dos bens comuns continua a ameaçar a vida, os biomas e as populações nos territórios. Por vezes, o mesmo território é ameaçado pelo extrativismo capitalista e por projetos do que chamamos de economia verde. Hoje, as mulheres resistem à chegada das transnacionais, aos seus impactos imediatos e ao colapso climático.

Enfrentam altas temperaturas, enchentes e o adoecimento pela mudança do clima, como o aumento de doenças respiratórias. O desafio de garantir a sustentabilidade da vida está cada vez mais em risco. A construção da agenda feminista diante desses ataques se ancora nas resistências e na luta por território: ocupações, cozinhas comunitárias, hortas, produção sem veneno, organização de abrigos e redes de solidariedade que garantem o dia seguinte.

## **Fim da violência contra as mulheres, autonomia de nossos corpos e sexualidades**

O corpo e a sexualidade das mulheres sempre foram alvo de controle pelos homens, pelo Estado, por instituições religiosas, pelas normas de um ideal de família e na exploração do trabalho. Assim como fazem com os bens comuns e a natureza, fazem com os corpos das mulheres: utilizam nosso trabalho e nosso corpo para lucrar o máximo que podem. Para realizar esse controle, a violência é fundamental e atinge todas as mulheres, porque condiciona nossa maneira de ser, dita por quais caminhos devemos caminhar, cerceia nossos desejos e impede nossa liberdade. Para isso, mobiliza o medo de sermos punidas por sermos mulheres.

A violência contra as mulheres não é apenas uma experiência particular, de impacto individual. Esse ataque à vida das mulheres é sistêmico: acontece de maneira organizada para controlar nossos corpos, nosso território, nosso tempo, nosso trabalho e alimentar a engrenagem do sistema econômico atual.

A imposição da heteronormatividade é essencial para a manutenção e reprodução do ideal de família nuclear. Esse ideal serve para consolidar as hierarquias entre os papéis sociais de gênero de homens e mulheres. A consolidação desses papéis está entrelaçada com o racismo e a LGBTfobia para se perpetuar.

Isso aparece na forma racista e colonial como as mulheres negras e indígenas foram sexualizadas durante a história do nosso país, assim como acontece em outros países que se fundaram com base na escravização e colonização dos povos. A invisibilidade das mulheres lésbicas, bissexuais e transsexuais, assim como o ódio disseminado contra elas, é uma maneira de tentar apagar e punir seus comportamentos dissidentes. É o caso do crime de ódio chamado de “estupro corretivo”, da tortura e do lesbocídio e do transfeminicídio.

O aumento do conservadorismo tem como alvo principal a autonomia das mulheres. No Brasil, percebemos que isso está muito conectado com as tentativas de fragilizar a democracia e precarizar as condições de vida e de trabalho da população. Desde o processo de articulação do golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, o ataque aos direitos das mulheres foi central para uma tentativa de desmobilizar a sociedade como um todo. Por isso, faz parte da estratégia da extrema direita aterrorizar a sociedade com notícias e informações falsas a respeito dos debates feministas que desafiam a ordem capitalista patriarcal e racista.

A disseminação de mentiras sobre o que a extrema direita nomeia de “ideologia de gênero” é um exemplo disso: sob tal pretexto, acusam movimentos populares e instituições públicas, principalmente de educação e serviços de saúde, de defenderem políticas que ameaçariam famílias e crianças. Na verdade, tais ações, com base na educação popular e feminista, pretendem debater e tensionar a divisão sexual e racial do trabalho, assim como garantir o direito das meninas, mulheres e LBTs à autonomia de seus corpos e sexualidade.

As mesmas Big Techs que recebem dinheiro para propagar ódio nas redes financiam campanhas eleitorais da extrema direita pelo mundo. Vimos isso de maneira explícita na posse do Donald Trump em 2025 e nas articulações por trás do chamado “gabinete do ódio”, ferramenta fundamental da mobilização bolsonarista no Brasil. Essa aliança é uma ameaça grave à vida das meninas e mulheres. O financiamento de conteúdos para internet, da produção à distribuição, tem marcos ancorados no patriarcado e no racismo. Seja na sexualização de meninas e mulheres e na distribuição desses conteúdos para homens, seja na propagação de misoginia e ódio às pessoas LGBTQ+.

Os homens que produzem esses conteúdos transformam a misoginia em um balcão de negócios. Vendem um discurso patriarcal e racista disfarçado de “opinião própria”. Seus conteúdos circulam em fóruns que mobilizam meninos e homens a atacar meninas e mulheres, assim como se alinhar politicamente a valores conservadores. Justificam o ataque às mulheres como uma “autodefesa” diante da liberdade das mulheres, buscando exercer poder e reafirmar a hierarquia dos homens contra as mulheres. Nessa ação organizada está presente um “orgulho” de violentar mulheres para defender os homens enquanto grupo.

A base desse discurso também ataca a participação política das mulheres na sociedade. “Colocar as mulheres de volta no lugar” significa atacar, perseguir e retirar de espaços de decisão aquelas que defendem as pautas feministas. O ataque aos familiares também é usado como forma de enfraquecer lideranças que representam os interesses da luta popular e feminista. Espaços de participação política e construção de políticas públicas, como conferências, também estão no centro dessa disputa.

No último período, o ataque ao direito ao aborto aumentou em diferentes áreas do Estado. Resistimos a uma ofensiva no poder legislativo e judiciário. No legislativo, além da tentativa de criminalizar a prática de aborto em todos os casos em nível federal, notamos uma prática de implementar, em diferentes municípios, legislações para impedir o acesso à informação sobre o direito de abortar, assim como interferir na garantia desse direito.

Serviços de abortamento legal, que já são poucos no Brasil, enfrentam ameaças de fechamento ou foram desativados sem substituição. A ameaça ao direito ao aborto, inclusive via sistema judiciário, já garantido na lei no Brasil afeta diretamente as mulheres e meninas vítimas de violência. A luta para manter esse direito garantido não está separada da campanha permanente para descriminalizar as mulheres e legalizar o aborto em todos os casos, de forma segura e gratuita, como parte da política de saúde do SUS.

Apenas a mobilização e organização feminista é capaz de denunciar, barrar e reverter essas situações de violência patriarcal. Na região sudeste, o encerramento da 6ª ação internacional conectou a luta pela reabertura do serviço de aborto legal no Hospital Nova Cachoeirinha, em **São Paulo**, com as denúncias do aumento da violência contra as mulheres e controle sobre o corpo e a sexualidade. Essas e outras as atividades do Festival Ocupa Feminista apontam alternativas para a autonomia das mulheres e a reivindicação para que o Estado seja realmente laico e que amplie seu caráter público, uma vez que setores religiosos conservadores e fundamentalistas buscam interferir em decisões relacionadas aos direitos das mulheres. No entanto, alertamos para o fato de que o conservadorismo se propaga no conjunto da sociedade – inclusive em espaços de organização política e participação social.

Exigimos que o Estado seja realmente laico e que amplie seu caráter público, uma vez que setores religiosos conservadores buscam interferir em decisões relacionadas aos direitos das mulheres. No entanto, alertamos para o fato de que o conservadorismo se propaga no conjunto da sociedade – inclusive em espaços de organização política e participação social.

A auto-organização das mulheres é a nossa aposta para a construção do movimento. Fortalecemos as saídas baseadas nos territórios onde as mulheres estão e construímos os enfrentamentos coletivamente. Essa prática política é fundamental para fortalecer as mulheres em sua atuação política em movimentos mistos e enfrentar o conservadorismo na militância.

A organização popular e o fortalecimento do cuidado comunitário é base fundamental para construir uma sociedade livre de violência. O cuidado comunitário, com pessoas presentes e ativas no território, é um caminho concreto para combater a violência. As cozinhas e hortas comunitárias, as feiras agroecológicas, as cooperativas e os quintais produtivos são exemplos que aparecem em vários territórios como estratégias de autonomia não apenas econômica, mas também sobre o corpo e a sexualidade. Quando as mulheres se sentem mais autônomas e coletivamente fortalecidas, estão mais preparadas para enfrentar situações de violência. Há inúmeros relatos de militantes feministas que, a partir da convivência em espaços coletivos, conseguiram perceber e sair de relacionamentos violentos.

A ação de movimentos organizados é fundamental para forjar esse sujeito político feminista que reivindica melhores condições de vida e transforma a sociedade. Dentro das reivindicações, está a necessidade de o Estado se responsabilizar e executar políticas públicas que enfrentem a violência quando já está acontecendo e garanta o necessário para que ela não comece. Para isso, os serviços públicos de combate à violência contra as mulheres devem ser fortalecidos, principalmente nos municípios menores e mais ruralizados. Junto a isso, é imprescindível que os serviços públicos sejam locais de acolhida e que, em articulação com as políticas existentes, ofereçam ações efetivas de proteção das mulheres.

As saídas para o fim da violência passam necessariamente pela construção de autonomia das mulheres. Por isso, insistimos que a reorganização e redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados, entre homens, mulheres e o Estado, é fundamental para essa transformação. Hoje, no Brasil, temos um avanço importante: a Política Nacional de Cuidados. No entanto, precisamos lutar e consolidar um orçamento para essa política, além de pressionar e exigir que os governos estaduais e municipais a construam, para que seja uma realidade na vida cotidiana das mulheres.

Estamos enfrentando um ataque brutal e sistemático à vida das mulheres. A consolidação da nossa força como movimento apenas terá resultado se for coletiva e à altura do nosso desafio. Essa resposta se constrói no processo organizativo das mulheres, na consolidação de uma mobilização permanente que não naturalize esses ataques e não se cale diante das injustiças, construindo uma agenda de lutas.

## **Economia feminista baseada na sustentabilidade da vida e na soberania alimentar: uma alternativa concreta à economia capitalista, patriarcal e racista**

A Marcha Mundial das Mulheres busca se constituir como um movimento cada vez mais enraizado, a partir das bases e com a auto-organização como projeto político para dismantlar o sistema capitalista patriarcal e racista. Para nós, compreender e transformar esse sistema caminham lado a lado, unindo teoria e prática.

A exploração do trabalho está na base da acumulação capitalista. Portanto, a divisão sexual e racial do trabalho é estruturante dessa acumulação.

Há muito tempo fazemos frente à forma de organização da economia no capitalismo, que prioriza garantir o lucro de poucas pessoas – como apontamos, de modo geral, homens do Norte global e que comandam o poder corporativo. Até chegar à ponta da acumulação, organiza-se uma cadeia de exploração. Nessa equação, a responsabilização das mulheres pelo trabalho que sustenta a vida é parte fundamental.

O trabalho das mulheres de garantir a reprodução da vida garante que a produção seja possível. São as mulheres em seus territórios que asseguram o cuidado das crianças, das casas, da terra, dos trabalhadores, dos doentes e dos que não podem trabalhar. Esse trabalho é feito de maneira gratuita ou a baixos valores, com pouco ou nenhum custo para o Estado, as empresas e a sociedade.

A economia feminista é uma ferramenta da auto-organização das mulheres e uma elaboração para reorganizar o mundo do trabalho, socializar os cuidados, construir alternativas de promoção de autonomia econômica e combate às violências. É urgente dismantlar a centralidade do lucro, posicionando a centralidade da vida e, assim, construindo outra economia na prática.

Isso implica enfrentar desigualdades de gênero, raça e classe e questionar a exploração e a divisão sexual e racial do trabalho e a concentração de riqueza. Implica também fortalecer formas coletivas e solidárias de produção e organização coletiva dos territórios e das relações humanas. A economia feminista, assim, não é apenas uma teoria, mas uma prática política que busca construir alternativas concretas para que todas as pessoas possam viver com dignidade.

Compreendemos que a transformação do mundo deve ser feita com alternativas construídas no presente por quem vivencia o cotidiano de cada território. Com esse direcionamento, os grupos de mulheres organizadas, do rural ao urbano, constroem alternativas com foco na economia feminista, como as experiências que compartilhamos abaixo.

Nos últimos anos, o **Rio Grande do Sul** enfrentou a face extrema do capitalismo neoliberal, da negligência política e da crise climática, durante as enchentes ocorridas em meados de 2024. Não foi apenas um evento climático extremo, mas a materialização das desigualdades estruturais forjadas por um sistema que coloca o lucro acima da vida. Mais de 2,4 milhões de pessoas foram atingidas em 478 dos 497 municípios gaúchos. Entre os escombros e o abandono estatal, o que emergiu foi o peso histórico carregado pelas mulheres pobres, negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, que foram as mais afetadas e menos assistidas.

A catástrofe escancarou a face criminoso e genocida do capitalismo patriarcal e racista, que precariza vidas para sustentar a acumulação de riqueza e uma minoria. A destruição de territórios, a omissão governamental e a apropriação das águas por empresas transnacionais são expressões do mesmo modelo que transforma a natureza, os bens comuns e os corpos das mulheres em mercadoria. O desastre ambiental sem precedentes ocorreu após a flexibilização de quase 500 normas do Código Ambiental Estadual, em 2019. A crise climática não é um fenômeno natural, mas um projeto político de morte do neoliberalismo.

Durante as enchentes, milhares de mulheres foram forçadas a ir para abrigos improvisados, sem qualquer garantia de segurança ou dignidade. O aumento das violências sexuais, o desaparecimento de crianças e a ausência de políticas públicas de acolhimento revelam um Estado que abandona quem historicamente sustentou a vida nas periferias e nos campos. A crise, longe de ser emergencial, é permanente e estrutural.

A Marcha Mundial das Mulheres, em aliança com organizações como o MAB, MST, MTST e outros coletivos feministas, sindicais e de base territorial, esteve na linha de frente para garantir a sustentabilidade da vida e a segurança alimentar das famílias em seus territórios. Em Porto Alegre, capital do estado, o espaço Periferia Feminista, localizado no Morro da Cruz, recebeu famílias atingidas, articulando solidariedade e construindo um ambiente seguro e de cuidados coletivos. A Horta Comunitária e a Cozinha Solidária, constituídas desde a crise sanitária da pandemia, garantem o alimento, articulam doações e realizam atividades de formação feminista para as pessoas que ocupam o espaço. Nesse trabalho que soma cuidados, bem viver e agroecologia, as mulheres aprenderam e qualificaram também sua produção para geração de renda, alinhando a economia solidária como horizonte para a autonomia das mulheres.

No litoral norte do Rio Grande do Sul, também em articulação aos demais coletivos feministas, a MMM construiu encontros, formações, espaços de acolhimento e acompanhamento às mulheres vítimas de violências. Também fortaleceu uma agenda de lutas em defesa dos bens comuns junto com as comunidades, que têm a pesca artesanal e o turismo como principal fonte de sustento, incidindo nos debates das políticas públicas locais. Organizadas a partir da Associação Rede Poder Mulher, de economia solidária e feminista, as militantes planejam feiras culturais autogestionárias periódicas, fomentando a comercialização local e dialogando com as pautas sociais que atravessam a vida das mulheres das águas. A região representa a MMM do estado no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, traçando estratégias conjuntas para, entre marés e lutas, tecer redes de solidariedade rumo ao bem viver coletivo.

Por sua vez, articulando denúncia e anúncio, as companheiras de **Minas Gerais** fizeram a crítica à tentativa de privatização da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), afirmando que água e energia não são mercadoria.

A defesa dos bens comuns é fundamental para a construção de uma economia feminista, porque coloca no centro aquilo que é necessário para a sustentabilidade da vida. Por considerar os bens comuns como “ativos” ou “recursos a serem explorados”, os estados sucateiam serviços públicos a fim de privatizá-los. Colocam em escanteio a vida das pessoas, que passam a ter serviços piores, mais caros e de mais difícil acesso.

Essas privatizações afetam a saúde, a moradia, os transportes, a educação e muitos outros serviços fundamentais. Quando isso tudo é precarizado e o poder público está ausente, o trabalho das mulheres se torna uma ferramenta de ajuste. Muitas vezes, essas privatizações custam a vida, como é o caso da empresa Vale do Rio Doce que, após ser privatizada e se tornar Vale, protagonizou os traumáticos rompimentos de barragens em solo mineiro. Os rompimentos geraram mortes humanas, mas também morte dos rios, que garantiam a subsistência e a reprodução da vida de diversas pessoas. É urgente compreender as movimentações desse sistema para transformá-lo pela raiz. As privatizações são falsas soluções para a precarização. O capitalismo é incapaz de resolver suas crises. É necessário construir uma economia feminista, que coloque a vida no centro.

Quando falamos de economia feminista, a reorganização do trabalho é um dos focos principais. **Pernambuco** apresentou isso a partir da Feira da Economia Feminista. A feira permitia repensar o trabalho pago e as alternativas de autonomia econômica para as mulheres frente ao capitalismo, além de promover alternativas de socialização do cuidado, entendendo o trabalho não apenas como aquilo que se vende, mas também o que se faz para que a vida continue.

As companheiras realizaram uma escola de formação junto com a feira, evidenciando a articulação entre teoria e prática. As mulheres se organizavam para defender seus territórios, mas também para construir um novo mundo, com soberania e autodeterminação. A comercialização dos alimentos cantava a agroecologia como alternativa frente ao agronegócio. Assim, evidenciaram que soberania alimentar é feita descentralizando a produção, respeitando a natureza e produzindo comida de verdade. A roda de coco mostrou a importância da cultura feminista e das palavras de ordem. Os diferentes produtos e mulheres apresentavam que nossa diversidade e nosso feminismo popular são nossas alternativas ao capitalismo racista e patriarcal.

Enquanto o capitalismo é marcado pela exploração e apropriação do trabalho, nas alternativas da economia feminista as mulheres são um sujeito ativo, capaz de determinar seu tempo de produção, seus modelos de trabalho, preços e materiais. Enquanto o neoliberalismo sugere que a vida sem padrões é através do empreendedorismo e de saídas individuais, as mulheres afirmam que a saída é coletiva: economia solidária, agroecologia, feiras e cultura. Nossas alternativas florescem quando marchamos juntas para mudar o mundo e a vida das mulheres.

## O que aprendemos com as alternativas

Nos territórios, construímos alternativas concretas para mudar a vida das mulheres. É fundamental lutar pela transformação desse sistema em todas as instâncias, inclusive na disputa para colocar as mulheres no orçamento público. A Política Nacional de Cuidados, anunciada recentemente pelo governo federal, é inédita no Brasil. Existem importantes experiências ao redor do mundo, seja em menor escala, como fizeram as companheiras do Uruguai já neste século, seja de maneira universalizante, como propuseram as mulheres da União Soviética no período revolucionário. Em nosso país, o modelo apresentado compreende o trabalho de cuidados como central para a sustentabilidade da vida e da sociedade e reconhece que hoje as mulheres são responsabilizadas por isso quase que integralmente.

Temos feito parte de iniciativas valorosas, como a construção das lavanderias populares e do comitê formado para pensar essa Política de maneira mais coletiva. Contudo, na prática, os aparelhos apresentados ainda operam na lógica dos “projetos piloto”: são experiências em territórios específicos, que não chegam a socializar universalmente o trabalho de cuidados. Para nós, esse modelo é ainda insuficiente. Para dar conta das nossas demandas, a Política Nacional de Cuidados precisa transformar de forma concreta a vida das mulheres brasileiras, compartilhando o trabalho e superando a sobrecarga a qual estas estão submetidas.

Após o golpe de Estado que sofremos em 2016, o Brasil entrou na lógica neoliberal de forma profunda, aprovando uma série de reformas, como a reforma trabalhista. Desde então, as transformações da dinâmica de trabalho têm imprimido perdas de direitos para a classe trabalhadora, com jornadas mais extensas e precarizadas. A lógica da jornada 6x1 impõe uma vida voltada para o trabalho. Em geral, essa jornada é aplicada no setor de serviços, onde vemos uma maioria de mulheres. A realidade é uma vida sem descanso: são seis dias garantindo a produção e todo o resto do tempo garantindo a reprodução da vida. Por isso, apresentamos que as políticas de cuidados devem caminhar junto com a luta pela redução da escala 6x1, sem redução salarial, e pela valorização do salário mínimo.

A luta por trabalho digno é uma mobilização que impulsionamos em aliança com outras organizações. Ficamos mais fortes quando caminhamos lado a lado com o conjunto da classe trabalhadora. Em 2025, participamos da construção do plebiscito popular, que tinha como bandeiras o fim da escala 6x1 e a taxaço das grandes fortunas.

Quem ganha mais precisa pagar mais. É preciso mexer nos dois lados da balança: melhorar as condições de vida dos mais pobres e socializar o lucro excessivo dos mais ricos. Esta ideia de justiça tributária dialoga com a luta pela reparação, alavancada em 2025 durante a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras. Os super ricos de hoje são ricos há muito tempo, pois são herdeiros da exploração e do tráfico de pessoas negras escravizadas. Ao longo de séculos, a escravidão foi a base do trabalho no Brasil. A acumulação de riqueza se deu às custas da vida, da liberdade e da dignidade da população negra.

A exploração, a escravidão e o latifúndio construíram as desigualdades sociais e raciais no país. Essas mazelas não foram resolvidas com o fim da escravidão, porque a abolição se deu sem qualquer garantia ou reparação para a população negra. A luta pela reparação vem acompanhada pelo anúncio do que queremos: o bem viver para todas, que só será possível com a superação do sistema capitalista. Ancorado em sua lógica patriarcal, racista, colonial e profundamente desigual, esse sistema tem nos submetido a uma realidade de guerras, militarização, violência, precarização da vida e exploração de nossos corpos, trabalhos e territórios. Tudo isso para solucionar suas crises e reorganizar suas taxas de lucro. Mais uma vez, reforçamos: o capitalismo é incompatível com a vida!

Por isso, marchamos para dismantelar esse sistema com auto-organização e lutas coletivas. Marchamos para mudar o mundo e a vida das mulheres, para construir uma economia feminista e um mundo onde a vida valha mais do que o lucro. Estamos nos territórios construindo alternativas e resistências, freando o avanço do capital e denunciando a impunidade do poder corporativo. É certo que, em cada território e nas disputas da vida cotidiana, sentimos o acirramento da conjuntura e a ofensiva capitalista, racista e patriarcal que estamos enfrentando. Mas não nos calam e nem paramos de lutar, porque sabemos que apenas em movimento conseguimos garantir as transformações que sonhamos.

Com nossas práticas feministas de transformação, trocamos o individualismo pela coletividade, a competição pela solidariedade e a exploração por autonomia. Queremos outro mundo possível, com mulheres livres e povos soberanos. **Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!**



Ao longo de 2025 as comunicadoras da MMM produziram diversos registros das atividades e processos da 6ª Ação Internacional. [Clique aqui para assisti-los.](#)

Além disso, preparamos uma série de 4 vídeos sobre os eixos temáticos. [Clique aqui para acessar.](#)